



15 DE SETEMBRO DE 2016

Quinta-feira

- HORÁRIO DE VERÃO COMEÇA NA PRIMAVERA
- PELA SEGUNDA VEZ, SUPREMO FAZ ACORDO PREVALECER SOBRE LEI TRABALHISTA
- PLANALTO DECIDE ADIAR REFORMA TRABALHISTA PARA 2º SEMESTRE DE 2017
- 'É PRECISO MODERNIZAR AS LEIS TRABALHISTAS', DIZ PHILIPP SCHIEMER
- STF SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE DEMISSÕES SEM JUSTA CAUSA
- APÓS FECHAR 1,4 MIL VAGAS, MERCEDES VAI SUSPENDER CONTRATOS DE 500 FUNCIONÁRIOS
- NA CRISE, A 'NANICA' DAF CRESCE 70%
- NO NONO DIA, GREVE DOS BANCÁRIOS FECHA 12,4 MIL AGÊNCIAS, DIZ CONTRAF
- BANCÁRIOS E FENABAN TÊM NOVA REUNIÃO HOJE
- CRESCIMENTO DAS FONTES EÓLICA E SOLAR CRIA NOVO MERCADO PARA ESTOCAR ENERGIA
- SE NÃO VENDER DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA, MINISTRO COGITA LIQUIDÁ-LAS
- STF VALIDA JORNADA DE 12 HORAS CORRIDAS DE TRABALHO PARA BOMBEIROS CIVIS
- TRABALHADORES ACEITAM PROPOSTA E DESCARTAM GREVE NOS CORREIOS
- RECEITA DEFINE PESSOAS JURÍDICAS PARA ENTREGA DE ECF
- RACHID DISCUTE SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA COM AFIF E PRESIDENTE DO COMSEFAZ
- MME QUER FATIAR PROPOSTA DE NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO PARA APROVAÇÃO
- BRASIL FECHOU MAIS EMPRESAS DO QUE ABRIU PELA 1ª VEZ DESDE 2008
- MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PRESSIONAM INFLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NO IGP-10 DE SETEMBRO
- PREÇO MÉDIO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CAI 0,37% EM AGOSTO, APONTA FIPEZAP
- IGP-10 SOBE 0,36% EM SETEMBRO COM ALTA DE MATÉRIAS-PRIMAS NO ATACADO
- BRASIL ESTÁ FICANDO PARA TRÁS EM PADRÕES DE CAPITAL PARA BANCOS, DIZ S&P
- TEMER DIZ QUE NÃO ACABARÁ COM SAQUE DO FGTS EM CASO DE DEMISSÃO

- EMPREITEIRAS QUEREM QUE PPI GARANTA CONDIÇÕES IGUAIS ÀS DE ESTRANGEIROS
- VOLKSWAGEN TENTA COMBATER HACKERS E INVESTE EM SEGURANÇA DE CARRO AUTÔNOMO
- VENDAS DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS PODEM CRESCER 15% EM 2017
- VOLKSWAGEN APOSTA EM SEGURANÇA CIBERNÉTICA
- MAN ENTREGA 31 CAMINHÕES WORKER AO PANAMÁ
- GERDAU APOSTA EM ALTA TECNOLOGIA PARA DRIBLAR CRISE
- DEFASADA E SEM CAPITAL, CADEIA DE AUTOPEÇAS TEME DESMONTE
- FLAVIO MALUF INDICA POSSÍVEIS CAMINHOS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA
- BRASIL DEVE RECORRER À OMC CONTRA TARIFAS DOS EUA SOBRE IMPORTAÇÕES DE AÇO
- VENDAS DE FÁBRICA DE CAMINHÕES DE PONTA GROSSA CRESCEM 70%
- CUSTO E LUCRATIVIDADE DA INDÚSTRIA MELHORAM APÓS LONGO PERÍODO, REVELA CNI

CÂMBIO		
EM 15/09/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,332	3,332
Euro	3,736	3,737

Fonte: BACEN

Horário de verão começa na primavera

15/09/2016 – Fonte: Bem Paraná



Na última edição do horário, Paraná registrou economia média de 4,5% de energia sobre a demanda média máxima.

O horário brasileiro de verão 2016 começa no dia 16 de outubro, em plena primavera, que começa no dia 22 de setembro. Serão quatro meses com os relógios adiantados em uma hora. O fim do horário está marcado para 19 de fevereiro de 2017, quando os relógios devem ser atrasados em uma hora.

O horário de verão é implantado em dez estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste além do Distrito Federal — São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

No último horário de verão o sistema elétrico operado pela Copel no Paraná, o resultado observado durante o tempo de vigência foi uma redução média da ordem de 4,5% sobre os níveis máximos de demanda, retirando do sistema elétrico 200 MW (megawatts) de potência no final do dia. Tal alívio equivale a retirar do sistema elétrico, no horário de ponta, uma cidade como Maringá, de 391 mil habitantes.

A adoção do horário de verão permite aproveitar melhor a luminosidade natural, maior nesta época do ano, aliviando as condições de operação do sistema elétrico em um dos períodos de maior demanda, entre 18 e 21 horas — ou entre 19 e 22 horas durante a vigência da medida.

O alívio ocorre porque deixam de coincidir, no fim do dia, as demandas máximas de diferentes classes de consumo — com um dia mais longo, a rotina das pessoas é antecipada, e o acionamento de chuveiros e geladeiras, assim como as atividades de comércio e indústria, ocorrem antes do acionamento da iluminação pública.

O Ministério de Minas e Energia estima que a redução da demanda de energia entre as 18 e as 21 horas tenha sido de até 1.970 megawatts (MW) no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste na última edição do horário de verão, equivalente ao dobro do consumo de Brasília em todo o período em que esteve em vigor.

No Subsistema Sul, segundo o ministério, a redução foi 625 MW, correspondendo a um total de 4,5% de economia em ambos os sistemas.

Pela segunda vez, Supremo faz acordo prevalecer sobre lei trabalhista

15/09/2016 – Fonte: Consultor Jurídico



A Constituição prevê que as normas coletivas de trabalho podem abordar salário e jornada de trabalho e se um acordo firmado entre sindicato e empresa não passar dos limites do que é razoável, ele se sobrepõe ao que está previsto na legislação.

O entendimento é do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, em um caso no qual reverteu a sentença de uma empresa que havia sido condenada a pagar horas extras no Tribunal Superior do Trabalho. A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União* na última terça-feira (12/9).

Para ministro Teori, acordo foi razoável e Constituição permite que salário e jornada de trabalho entrem no trato.

A companhia, defendida pelo advogado Mauricio de Figueiredo Corrêa da Veiga, alegava que firmou acordo, aprovado pelo sindicato, no qual trocou as horas extras por outros benefícios.

O STF considerou legal o trato entre as partes e ressaltou que as outras coisas oferecidas compensam a perda das horas extras. A decisão do STF não é novidade,

mas vem como a confirmação de um entendimento que parece estar se firmando: fazer prevalecer o acordo entre empresa e sindicato sobre a legislação.

Já é a segunda decisão do gênero. Em outro caso (Recurso Extraordinário 590.415), de relatoria do ministro Roberto Barroso, o Supremo deu ganho de causa a um banco que havia feito acordo no qual quitava dívidas com os trabalhadores que não entrassem na Justiça após o pagamento. Essa decisão foi citada por Teori em seu voto.

Fazer o acordo entre empresa e sindicato se sobrepor à legislação é, ao lado da terceirização, o principal desejo do governo para a reforma trabalhista que tenta emplacar.

A jurisprudência que vem sendo criada no STF pode fazer com que mudanças legislativas sequer sejam necessárias. A decisão de Zavascki é de repercussão geral e irá orientar os outros tribunais.

“A Constituição prevê que as normas coletivas de trabalho podem abordar salário e jornada de trabalho e se um acordo firmado entre sindicato e empresa não passar dos limites do que é razoável, ele se sobrepõe ao que está previsto na legislação”, disse Teori Zavascki em seu voto.

Por fim, o ministro destacou o que o trato não passou do limite do bom senso: “Não se constata, por outro lado, que o acordo coletivo em questão tenha extrapolado os limites da razoabilidade, uma vez que, embora tenha limitado direito legalmente previsto, concedeu outras vantagens em seu lugar, por meio de manifestação de vontade válida da entidade sindical”.

Clique [aqui](#) para ler a decisão.

Planalto decide adiar reforma trabalhista para 2º semestre de 2017

15/09/2016 – Fonte: O Globo



O governo decidiu adiar a reforma trabalhista para o segundo semestre de 2017 e concentrar esforços para aprovar a previdenciária e a proposta que altera a Constituição e fixa um teto para os gastos públicos que são temas bastante polêmicos.

Mexer na legislação trabalhista neste ano poderia gerar um desgaste político ainda maior e criar embaraços à tramitação dos dois projetos considerados relevantes para o ajuste fiscal.

Segundo um interlocutor do Planalto, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) desta quarta-feira, que valida a jornada de 12 horas para bombeiros (com descanso de 36 horas), oferece segurança jurídica para os demais acordos coletivos que fixam expediente diferente da fixada da lei.

Além disso, o Executivo vai apoiar o projeto da terceirização, já aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, que não faz distinção entre atividade-fim e atividade-meio para a contratação de trabalhadores terceirizados — um dos principais pleitos dos empregadores.

A avaliação do governo é que a decisão do STF e a regulamentação da terceirização já atendem em boa parte a demanda do setor produtivo, no sentido de reduzir a insegurança jurídica.

Já outro pleito antigo do setor, a prevalência do acordado sobre o legislado e que exige a aprovação de um projeto de lei para alterar o artigo 618 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) — destacou a fonte — somente deverá ser enviado ao Congresso, se for o caso, no segundo semestre de 2017.

— As prioridades do cronograma político são aprovar a reforma da Previdência e a PEC do teto dos gastos públicos. É isso que está no horizonte do governo — disse ao GLOBO um auxiliar do presidente Michel Temer.

A intenção do Executivo é enviar antes das eleições municipais a proposta que altera as normas do regime de aposentadoria, com expectativa de que seja aprovada pela Câmara dos Deputados ainda em dezembro e pelo Senado no primeiro semestre do próximo ano.

Já a PEC do teto já está em tramitação no Legislativo, mas enfrenta resistência, principalmente no que diz respeito ao limite de despesas com saúde e educação.

Na semana passada, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, deu declarações, defendendo o contrato por número de horas trabalhadas e deu a entender que a jornada diária poderia subir das atuais oito horas para 12 horas. As afirmações do ministro causaram polêmica e ele teve que esclarecer, depois de um puxão de orelha do presidente.

Reportagem publicada pelo GLOBO revelou que a equipe do Ministério da Fazenda abriu licitação para contratar estudos, com objetivo de alterar a lei do FGTS (8.036/1990), de forma que os recursos fossem utilizados para formar uma poupança de longo prazo e pagar seguro-desemprego.

Nesta quarta-feira, Temer assegurou que o governo não vai mexer nas regras do saque do dinheiro do Fundo — permitido nas demissões sem justa causa e em outras situações, como aposentadoria, compra da casa própria e doenças graves.

Por que a reforma é necessária?

O governo alega que a CLT, dos anos 1940, precisa ser atualizada por não conseguir atender a todos os setores da economia, como o de tecnologia, por exemplo, que passa por constantes transformações.

Outro motivo é que foram incorporados vários penduricalhos às leis, que geram interpretações divergentes e estimulam disputas judiciais.

'É preciso modernizar as leis trabalhistas', diz Philipp Schiemer

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Para o longo prazo, o presidente da Mercedes-Benz do Brasil, Philipp Schiemer, diz ser necessário discutir a abertura do País. Entre as medidas mais urgentes, o executivo defende a reforma trabalhista como uma forma de melhorar a competitividade local.

O que é preciso para reduzir a ociosidade das fábricas?

O Brasil precisa se abrir para os mercados mundiais para ganhar escala de produção, pois o mercado brasileiro, mesmo sendo promissor e atraente, não traz escala suficiente para sobreviver só com o mercado interno.

A Mercedes-Benz é competitiva internacionalmente?

A Mercedes exporta de 30% a 40% da produção, que hoje está reduzida, a maior parte para a Argentina. Há negociações com Oriente Médio e África, mas não concluídas. Comparativamente a outras fábricas do grupo, a filial brasileira é competitiva.

O problema começa da porta para fora, com a burocracia, logística, a exportação de impostos e as normas técnicas, que são diferentes de outras partes do mundo.

Como a questão trabalhista se encaixa nesse tema?

Temos uma discrepância forte, pois de um lado falamos da indústria 4.0 e de outro temos uma lei trabalhista de 1940.

É preciso modernizar essa legislação. Ninguém quer tirar direitos dos trabalhadores, mas é preciso acabar com a insegurança jurídica das empresas. O Brasil é o país com o maior número de causas trabalhistas no mundo.

A Mercedes, por exemplo, tem cerca de 3 mil ações no âmbito da Justiça referente a problemas com trabalhadores. Isso não é possível, não existe em nenhum outro lugar.

Qual o motivo de tantas ações?

Se você sai na frente da fábrica, tem um exército de advogados só esperando o trabalhador ser demitido para propor ações na Justiça. É muito difícil contratar sabendo que no futuro se pode ter problemas na Justiça por muito tempo.

A reforma trabalhista é um tema muito difícil, pois tem uma repercussão forte na sociedade, por isso precisa ser muito bem explicada. Não pode ser imposta, tem de ser discutida. Será um grande desafio para o governo, pois isso também faz parte do "custo Brasil".

Quais os argumentos das ações?

Um exemplo: nós oferecemos transporte de ônibus para nossos funcionários. Como a fábrica é muito grande, o ônibus normalmente chega 20 minutos antes do início do trabalho, conforme combinado com o sindicato dos trabalhadores. O funcionário tem 20 minutos para chegar, ir até sua área, trocar de roupa.

A lei de 1940 prevê que o funcionário deve estar na fábrica 5 minutos antes do início do trabalho. Assim, quando o funcionário encerra o contrato, vai à Justiça e alega que trabalhou todos os dias 10 a 15 minutos a mais porque a Mercedes o deixou na fábrica mais cedo.

No mundo inteiro quase não existe mais essa coisa de levar o funcionário para o trabalho. Nós fazemos isso porque o transporte público é ineficiente. Mas, por causa de uma lei antiga, o funcionário pode entrar na Justiça e, muitas vezes, ganha.

Qual a saída?

É importante que prevaleça o acertado entre a empresa e o sindicato, e não leis antigas. Na Alemanha prevalecem os acordos entre as partes.

Logicamente que há leis severas, mas elas deixam espaço para as partes se entenderem e isso não gera inseguranças. Aqui você não sabe com o que está mexendo.

STF suspende julgamento sobre demissões sem justa causa

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Em um julgamento que se arrasta há 13 anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu mais uma vez a discussão envolvendo uma ação movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Central Única dos

Trabalhadores (CUT) que pode trazer alterações nas demissões sem justa causa no País.

O debate gira em torno da adesão do Brasil à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que endurece as regras de dispensa injustificada dos trabalhadores. Iniciado em 2003, o julgamento foi novamente suspenso na quarta-feira, 14, desta vez após pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

A convenção prevê, entre outras coisas, que as empresas comuniquem demissões de trabalhadores com antecedência, justificando as razões da demissão, o que daria tempo para os sindicatos reverterem as baixas.

Em dezembro de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso editou um decreto em que comunicava que o Brasil deixava de aderir à convenção.

A ação alega que o decreto é inconstitucional. As centrais argumentam que a decisão de deixar a convenção teria de ser referendada pelo Congresso.

“Os tratados, ao serem aprovados, se incorporam como norma de hierarquia constitucional. Na minha opinião, fica difícil justificar que o presidente da República possa revogar unilateralmente um tratado dessa natureza”, disse o ministro Teori Zavascki, ao anunciar seu voto.

Após fechar 1,4 mil vagas, Mercedes vai suspender contratos de 500 funcionários

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Após fechar 1,4 mil vagas na fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, na semana passada, reduzindo o quadro de pessoal em 15%, a Mercedes-Benz vai suspender os contratos de cerca de 500 trabalhadores. O novo lay-off começa em outubro e vai até fevereiro de 2017.

Segundo a montadora, a medida é necessária pois, apesar das dispensas, a fábrica segue com excedente de pessoal, porque opera com 50% da capacidade. A ideia é administrar a ociosidade até o mercado iniciar uma retomada, o que é esperado pelo presidente da Mercedes no Brasil, Philipp Schiemer, para o começo de 2017.

“Achamos que o mercado pode crescer 10% a 20% no próximo ano, embora em cima de uma base muito pequena”, afirma Schiemer ao jornal O Estado de S. Paulo. A previsão para as vendas totais neste ano é de cerca de 53 mil caminhões, retrocedendo a volumes da década de 90. A Mercedes detém 28% desse mercado.

Dos funcionários que deixaram a unidade do ABC, 1.047 saíram por meio de um Programa de Demissão Voluntária (PDV), que pagou R\$ 100 mil extra a cada um deles, além das indenizações normais. Outros 370 foram demitidos, pois a meta da empresa era de 1,4 mil adesões.

“Vamos lutar para que os cortes sejam revertidos”, diz o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Aroaldo Oliveira da Silva. Schiemer, contudo, diz que não há como recuar.

Nos últimos três anos, período em que ele está à frente da operação da marca alemã, a mão de obra do grupo – que inclui outra fábrica de caminhões em Juiz de Fora (MG) e o centro de distribuição em Campinas (SP) – foi reduzida em mais de 3 mil funcionários. Desde 2014, a empresa abriu vários PDVs, além de ter adotado medidas de flexibilização como lay-off e Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Hoje, a Mercedes emprega 10,9 mil pessoas, incluindo os contratados para a unidade de Iracemópolis (SP), inaugurada em março. A fábrica de carros de luxo é a exceção no grupo, pois vai ampliar seu quadro em cerca de 60 pessoas para iniciar a produção de um segundo modelo no próximo mês, o utilitário GLA, além de inaugurar a área de pintura.

A unidade produz atualmente o sedã Classe C, tem capacidade para 20 mil veículos por ano e emprega 400 trabalhadores.

Novo governo

O alemão Schiemer foi um dos primeiros executivos do setor automotivo a criticar abertamente o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, por considerá-lo "intervencionista", o que levou investidores a deixarem de acreditar no País.

Ele critica, entre outras ações, a política de preços administrados, o longo período de juros baixos, subsídios "sem fundamento" e a falta de previsibilidade no programa Finame, para financiamentos de caminhões.

Com o agora efetivo governo do presidente Michel Temer e sua equipe econômica, Schiemer acredita que "será mais fácil discutir os assuntos tecnicamente e sem ideologia". Nesse sentido, diz, há chances de que a economia volte a melhorar. "Vai ser um caminho lento e difícil, mas com perspectivas para o futuro."

No curto prazo, para que o País retome a credibilidade, ele espera que o governo promova as medidas já apresentadas, como a ajuste das contas públicas e a reforma da Previdência. "É uma discussão complexa e difícil mas não há a alternativa de não fazer pois, do contrário, o Estado vai quebrar; é uma questão matemática."

Schiemer repete o discurso adotado mais recentemente por alguns executivos de que a política de subsídios tem de ser revista. "Incentivos às vezes ajudam, mas tem de ter um objetivo claro, e início, meio e fim. Se não se determina quando deve acabar, cria-se um vício e aí, quando há uma mudança grande, como a queda do mercado, percebe-se que não funciona mais assim."

"Durante a intervenção na crise global de 2009, por exemplo, foi bem acertado porque trouxe confiança ao mercado; mas depois esqueceram de retirá-lo".

O executivo admite que houve pressão das montadoras para a manutenção dos benefícios. "A Mercedes também se beneficiou disso, mas muitas vezes esquecem que investimos muito com base no funcionamento daquele sistema. Hoje todas as empresas têm grande capacidade ociosa e não sabem como encher as fábricas de novo".

Na crise, a 'nanica' DAF cresce 70%

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Mercedes-Benz encolhe de tamanho para se ajustar aos novos tempos do mercado, a nanica DAF Caminhões, que iniciou produção local há três anos, enfrenta a crise de maneira menos dramática, justamente por seu porte.

"Começamos pequenos e temos possibilidade de ir crescendo junto com a retomada do mercado, enquanto outras estão colapsando", diz Michael Kuester, presidente da DAF Brasil. Nos primeiros oito meses deste ano, na comparação com o mesmo período de 2015, as vendas da empresa cresceram quase 70%, de 258 unidades para 436.

A fábrica de Ponta Grossa (PR) tem capacidade anual para 10 mil caminhões, volume que a marca holandesa, subsidiária da americana Paccar, esperava atingir em 2018. Com a crise, as previsões foram prorrogadas para daqui três a cinco anos.

Kuester lembra que, em 2011, quando o grupo decidiu se instalar no País, o mercado brasileiro vendeu um recorde de 172 mil caminhões. Neste ano, as vendas devem somar cerca de 53 mil unidades. A capacidade produtiva conjunta das marcas é de 488 mil caminhões.

Com 250 funcionários que trabalham em um turno, a fábrica produz apenas quatro caminhões do segmento de pesados por dia dos modelos CF 85 e XF 105, que custam de R\$ 270 mil a R\$ 360 mil. Em 2017, lançará um fora de estrada e, na sequência, um semipesado.

Para crescer num mercado total que cai 30%, a DAF tem recorrido a estratégias que grandes marcas locais têm dificuldade em adotar. "Nós mesmos financiamos boa parte das vendas, com dinheiro da matriz, a juros de 12% ao ano", informa Kuester. Pelo Finame, hoje, o juro chega a 16%.

Além disso, como a marca ainda atua com volume pequeno, Kuester consegue manter um relacionamento próximo com os clientes. Em várias ocasiões, percorreu entre 500 km a 1,4 mil km de estradas para visitar compradores ou entregar pedidos.

"Também temos um grupo no WhatsApp em que trocamos informações, ouço reclamações e os clientes enviam vídeos dos veículos em operação", conta o executivo americano de 53 anos, que em 2011 veio para o Brasil para criar a rede de revendas do grupo e, há um ano e meio, assumiu a presidência. Ele está na companhia – a quarta maior em vendas globais do seu segmento –, há 27 anos.

No Brasil, a DAF investiu cerca de R\$ 1 bilhão com recursos próprios e terá 24 revendas até o fim do ano. É a única montadora de caminhões que iniciou produção de um grupo de sete fabricantes que anunciaram projetos nos últimos anos. A Foton Aumark abrirá sua unidade em Guaíba (RS) em 2017.

No nono dia, greve dos bancários fecha 12,4 mil agências, diz Contraf

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A greve dos bancários chegou nesta quarta-feira, 14, ao nono dia com 12,4 mil agências fechadas, ou 53% de toda a rede de bancos do País, conforme balanço divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). Outros 46 centros administrativos dos bancos também tiveram as atividades paralisadas nesta quarta-feira.

Uma nova rodada de negociação foi marcada para amanhã, às 16 horas, em São Paulo. A Fenaban, que representa os bancos, subiu de 6,5% para 7% a proposta de reajuste salarial da categoria – acrescido de um abono de R\$ 3,3 mil –, mas os bancários seguem firmes na reivindicação pelo aumento de 14,78%, junto com o pagamento de três salários mais R\$ 8,3 mil em participação nos lucros e resultados.

"Diante da insistência da Fenaban em apresentar um reajuste que não cobre nem a inflação do período (9,62%), a mobilização da categoria ganha força. Não adianta empurrar para a categoria proposta sem valorização salarial", afirma, em nota, o presidente da Contraf, Roberto von der Osten.

Na base de São Paulo, Osasco e região, a greve fechou 901 agências e mobilizou hoje aproximadamente 60 mil trabalhadores, segundo estimativa do sindicato.

Mesmo com as agências fechadas, os clientes dos bancos ainda conseguem realizar movimentações em terminais de autoatendimento e canais alternativos, como internet banking, aplicativos de celular, transações por telefone e correspondentes bancários (casas lotéricas, agências dos Correios, redes de supermercado e outros estabelecimentos comerciais credenciados pelas instituições financeiras).

Bancários e Fenaban têm nova reunião hoje

15/09/2016 – Fonte: Bem Paraná



O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região realizou na noite de ontem uma assembleia apenas debater o andamento da paralisação e traçar novas estratégias para fortalecer a mobilização, já que a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) não avançou nesta semana.

Uma nova rodada de negociação foi marcada para hoje, às 16 horas, em São Paulo. A Fenaban, que representa os bancos, subiu de 6,5% para 7% a proposta de reajuste salarial da categoria - acrescido de um abono de R\$ 3,3 mil —, mas os bancários seguem firmes na reivindicação pelo aumento de 14,78%, junto com o pagamento de três salários mais R\$ 8,3 mil em participação nos lucros e resultados.

No Paraná, ontem eram 760 agências bancárias fechadas, mais de 15 mil bancários paralisados incluindo oito centros administrativos. Os dados são da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná (FETEC-CUT-PR).

A federação representa 85% do total de bancários no estado. No País, 12,4 mil agências ficaram fechadas, ou 53% de toda a rede de bancos do País.

Crescimento das fontes eólica e solar cria novo mercado para estocar energia

15/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O avanço da geração de energia eólica e solar está dando fôlego a um mercado emergente em todo o mundo, o de armazenamento de energia. Como não é possível estocar sol e vento, o grande desafio desse setor é desenvolver tecnologias capazes de guardar a energia gerada por essas fontes quando elas estão disponíveis e a demanda é baixa.

O armazenamento contorna uma grande desvantagem dessas fontes de energia limpa. Como são intermitentes, só funcionam como energia suplementar. É por isso que muitas empresas e centros de pesquisa estão investindo em formas de guardar essa energia. Tem pesquisa que usa ar congelado, diversos testes com hidrogênio, gente usando poços antigos de petróleo para guardar água comprimida e, claro, as baterias.

Como funciona?

Em resumo, sistemas de armazenamento convertem energia elétrica em outra forma de energia armazenável, durante o processo de carga (que pode ser químico, mecânico, térmico etc.), e a transformam novamente em energia elétrica durante o processo de descarga.

Têm, portanto, diversas aplicações em toda a cadeia de valor da energia elétrica – da geração ao consumidor final, segundo a Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia (Abaque).

“O principal desafio hoje não é produzir energia, mas armazená-la nos períodos de baixa demanda para consumir nos horários de ponta”, afirma Ricardo Ferracin, pesquisador da Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) que desenvolve um projeto na área de armazenagem de energia por meio do hidrogênio.

Hoje, as baterias de íon-lítio lideram a corrida por soluções de armazenamento de energia, mas ainda são caras e não conseguem reter a energia armazenada por muito tempo. Além disso, não servem para guardar energia em grande escala. A alternativa mais viável neste caso, sobretudo no Brasil, são as hidrelétricas, defende o físico e cientista José Goldemberg, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Associadas aos parques eólicos, as hidrelétricas produziram energia apenas quando os ventos não estivessem soprando, num modelo de geração híbrida. “A meu ver, esses são os dois caminhos mais viáveis atualmente: baterias e hidrelétricas. Existem outras ideias, mas estão mais na área da pesquisa”.

No caso das baterias, a evolução da tecnologia deve torná-las mais potentes e baratas. Um estudo da Bloomberg New Energy Finance (BNEF) mostra que o custo dessas baterias já caiu 65% de 2010 para cá. Até 2030, o preço deve ficar abaixo de R\$ 120 dólares por kWh, valor considerado financeiramente viável para que essa tecnologia ganhe escala.

Uma das novidades mais promissoras desse setor é a Powerwall, a bateria da Tesla desenvolvida para uso doméstico e inspirada nas baterias dos veículos da marca. Composta de íon-lítio, cada bateria é capaz de armazenar até 10 kWh de energia gerada a partir de painéis solares ou turbinas eólicas e custa cerca de US\$ 3,5 mil (cerca de R\$ 11,6 mil em valores atualizados). Até oito baterias podem ser acopladas. Para empresas, a Tesla desenvolveu a Powerpack, com capacidade de armazenar até 100 kWh.

Custo é barreira

O Brasil atingiu 10 GW de capacidade eólica instalada neste ano e deve chegar a 24 GW até 2024. Em todo o mundo são 640 GW de capacidade instalada em energia eólica e solar. A crescente fatia das fontes intermitentes na matriz mundial requer tecnologias de armazenamento de energia.

Mas, para decolar e ganhar mercado, essas tecnologias precisam vencer duas barreiras: o custo e a viabilidade técnica. “Hoje, metade do preço de um carro elétrico, por exemplo, é da bateria.

É por isso que eles ainda não decolaram. Se aprendermos a fazer baterias de longa duração e baratas, conseguiremos resolver boa parte do problema do armazenamento, afirma José Goldemberg, presidente da Fapesp.

Hidrogênio, ar congelado e água comprimida

Mais no campo das pesquisas, diversos estudos usam o hidrogênio como vetor energético em associação com a energia solar, eólica e hidrelétrica. Ao contrário das baterias, o hidrogênio consegue reter grandes quantidades de energia por períodos maiores de tempo.

Na Fundação Parque Tecnológico da Itaipu (FPTI), o projeto coordenado por Ferracin usa a água vertida da usina para produzir hidrogênio, utilizado em células a

combustível para carregamento de baterias de veículos elétricos e sistemas auxiliares de energia.

Enquanto Estados Unidos e alguns países na Europa já utilizam hidrogênio, aqui o principal desafio é nacionalizar os eletrolisadores (equipamento que produz hidrogênio a partir da eletrólise da água) para baratear o custo do hidrogênio, explica o químico Ricardo Ferracin, coordenador do projeto hidrogênio da FPTI.

“Basicamente, nosso estudo é para a nacionalização de peças e desenvolvimento de novos materiais que permitam criar um equipamento comercial que não existe no Brasil”, diz Ferracin.

No Reino Unido, pesquisadores da Universidade de Birmingham desenvolveram uma tecnologia que utiliza ar congelado para estocar energia. Em momentos de baixa demanda, o sistema aproveita a energia excedente para resfriar o ar que, quando aquecido novamente, movimenta uma turbina e gera eletricidade. Resfriado a 200°C negativos, o ar atinge a forma líquida e pode ser armazenado e transportado.

Mecanismo semelhante está sendo testado em um projeto-piloto na região central do Texas, nos Estados Unidos, só que em vez de ar a tecnologia usa água. O sistema da empresa Quidnet Energy consiste em bombear e comprimir a água em poços de petróleo antigos. Quando ela é liberada e pressurizada, age como uma mola que move uma turbina, gerando eletricidade.

Aneel lança chamada para projetos de armazenamento

No Brasil, a discussão sobre o armazenamento de energia ainda engatinha. Somente no ano passado o assunto entrou na agenda do setor elétrico, segundo a Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia (Abaque), que estima em 95 GW a demanda potencial para esses sistemas no país.

Diante do crescimento das fontes alternativas no país, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em parceria com Abaque, lançou um programa de P&D estratégico para estimular o desenvolvimento de sistemas e tecnologias de armazenamento de energia.

Até agora, cerca de 100 empresas do setor elétrico demonstraram interesse em financiar e executar projetos nesta área. Individualmente ou em parcerias, essas empresas têm até o dia 22 de dezembro para enviar à agência suas propostas de projeto, que deverão ser desenvolvidos entre 2017 e 2021.

Se não vender distribuidoras de energia, ministro cogita liquidá-las

15/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

O ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, afirmou que se as seis distribuidoras de energia elétrica que o governo tentará privatizar em 2017 não tiverem interessados, elas serão liquidadas.

As companhias abastecem os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Piauí e Alagoas e estavam sob o poder da Eletrobras, holding estatal do setor elétrico. Mas a empresa devolveu as concessões para a União.

Elas estavam com prejuízo acumulado de R\$ 1,6 bilhão até o meio do ano. Na reunião do PPI (Programa de Parcerias para Investimentos) realizada na terça-feira (13), o governo autorizou a venda dessas seis concessionárias, com previsão que o leilão seja realizado no segundo semestre do próximo ano.

"Se não privatizar, vão ser liquidadas", disse o ministro em encontro com jornalistas na manhã desta quarta-feira (14). "Mas nem quero pensar nisso. Vamos vender".

Essas companhias são um problema antigo para o governo que colocou a Eletrobras para assumir o trabalho na década passada. Elas deram grande prejuízo à estatal, principalmente por causa da inadimplência.

Se vender as empresas, uma companhia privada ou estatal vai se obrigar a fornecer a energia a residências e empresas nessas regiões. Se forem liquidadas, o governo terá que pagar a uma outra empresa para fazer o abastecimento. Não há possibilidade de não haver abastecimento nas cidades atendidas.

Segundo Filho, o governo está usando alguns recursos de um fundo do setor elétrico para tentar resolver alguns problemas e tornar a concessão mais atrativa, mas os futuros vencedores terão que indenizar o governo por esses gastos. O primeiro teste do governo nesse setor será a venda da Celg (Companhia de Eletricidade de Goiás). Um leilão marcado dois meses atrás não teve interessados, mesmo a companhia estando em situação bem melhor que as outras seis.

O governo remarcou a concorrência para novembro deste ano. Para tentar atrair empresas, reduziu de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 1,8 bilhão o preço mínimo da concessão da Celg. Sobre possíveis outras concessões no setor, o ministro afirmou que a Eletrobras deve terminar até outubro um plano de longo prazo da empresa e que nele estão sendo discutidas a venda de participações acionárias que a empresa tem em vários negócios diferentes.

Os ativos que segundo ele teriam maior facilidade para serem vendidos são empresas do setor eólico e de transmissão, que têm projetos já consolidados. Mas não estão descartadas a venda de participações em grandes projetos hidrelétricos como os de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, por exemplo.

"Não vou dizer nunca [em relação à venda]. Mas agora não estamos trabalhando nisso", afirmou o ministro. "Mas a realidade é que precisamos de dinheiro. De 110 projetos da Chesf, 100 estão parados por falta de dinheiro". Segundo ele, todos os projetos em que a Eletrobras entrou nos últimos anos tinham baixa atratividade (taxas de retorno de até 6%) e que a intenção do governo é acabar com esse tipo de negócio.

"Vamos acabar com projetos que tenham taxas de retorno patriótica", disse o ministro.

PETRÓLEO E MINERAÇÃO

Sobre o setor de mineração, que também teve venda do direito de exploração de quatro minas marcada para o ano que vem dentro do PPI, o ministro disse que elas serão realizadas dentro dos marcos regulatórios atuais.

Há um projeto de lei no Congresso para mudar o marco regulatório no setor, mas não vai afetar o negócio.

Ele defende que o projeto seja dividido para que a parte consensual, o aumento dos impostos sobre a mineração, seja aprovada; e outras partes em que ainda há debate, como a criação de uma agência reguladora, siga em discussão no Parlamento.

Já sobre o setor de Petróleo, o ministro afirmou que vai trabalhar para que ao menos alguma das três mudanças mais relevantes que o governo em debate no setor - fim da Petrobras como operadora única do pré-sal, regime especial de impostos do setor e junção de poços de petróleo- estejam prontas até 24 de outubro, data da Rio Oil & Gas, feira de petróleo que traz para o Rio de Janeiro as maiores indústrias do setor.

Segundo o ministro, é importante dar uma sinalização para o mercado de que as mudanças serão feitas para fortalecer os investimentos do setor no país.

STF valida jornada de 12 horas corridas de trabalho para bombeiros civis

15/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou válida uma lei de 2009 que estabelece em 12 horas diárias a jornada de trabalho de bombeiros civis, com compensação de 36 horas de descanso.

Pela legislação que prevê a jornada de trabalho da categoria, a carga total semanal totaliza 36 horas trabalhadas. A Corte analisou o caso após a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionar a legislação, sob argumento de que a previsão contrariava a Constituição, ao ampliar a jornada diária de trabalho.

Os ministros entenderam, no entanto, que não há violação ao previsto na Constituição, que prevê jornada diária de oito horas de trabalho, com máximo de 44 horas semanais. Na discussão, os ministros ressaltaram que há possibilidade de negociações trabalhistas neste sentido.

O relator do caso, ministro Luiz Edson Fachin, apontou que a legislação sobre bombeiros civis prevê a compensação de jornada de trabalho com as 36 horas de descanso.

“Aqui se trata de uma lei nacional que não ofende a Constituição, no meu modo de ver”, destacou o ministro Dias Toffoli, ao afirmar que o acordo coletivo pode dispor sobre as horas trabalhistas.

“Penso que o STF tem que dar decisões muito claras e fáceis de serem compreendidas. A questão posta é saber se esse artigo é ou não constitucional. É uma profissão que realmente exige que alguém fique de plantão 12 horas”, afirmou o ministro Ricardo Lewandowski.

A decisão ocorre poucos dias depois de o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, ter dito que a reforma trabalhista poderia incorporar a jornada de 12 horas à legislação. Ele teve de se retratar após a declaração, que foi muito criticada.

Trabalhadores aceitam proposta e descartam greve nos Correios

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR



Os trabalhadores dos Correios no Paraná decidiram ontem, em assembleia geral da categoria, que não cruzar os braços. Apesar de terem aprovado anteriormente um indicativo de greve para começar às 22h de ontem, a categoria voltou atrás e optou apenas pelo estado de greve após a direção da empresa melhorar a proposta.

Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná (Sintcom-PR), Marcos Rogério Inocêncio, a categoria reivindica reajuste salarial de 15%, R\$ 300 de aumento linear, R\$ 45 de vale-alimentação, não-privatização da empresa e realização de concurso público para aumentar o quadro pessoal.

Aumento

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) propõe 6% de aumento salarial imediato e mais 3% a partir de fevereiro de 2017, incorporação da gratificação de R\$ 150 e R\$ 35 de vale-alimentação, além de firmar em uma carta o compromisso de não privatizar a empresa e se comprometer a não cobrar mensalidade pelo plano de saúde.

Este último ponto acertado foi decisivo para os trabalhadores não deflagrarem a greve por tempo indeterminado, como estavam prevendo. No entendimento dos membros do sindicato, seria possível avançar mais na proposta.

Receita define pessoas jurídicas para entrega de ECF

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A Instrução Normativa (IN) 1.422 da Receita Federal, publicada nesta quarta-feira, 14, no Diário Oficial, define que as pessoas jurídicas inativas são aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário. A medida tem o objetivo de esclarecer os termos para fins de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

O ato define ainda que a ECF deverá ser assinada digitalmente mediante certificado emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

Rachid discute simplificação tributária com Afif e presidente do Comsefaz

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, recebeu nesta quarta-feira, 14, o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, e o presidente do Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), André Horta.

Segundo o Fisco informou ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, eles discutiram a simplificação e facilitação no cumprimento das obrigações acessórias relativas ao ICMS e aos tributos federais.

Os presentes concordaram também com a necessidade de racionalização tributária, com redução e consolidação de atos normativos, obrigatoriedade da utilização da nota fiscal eletrônica (NFe) e processos automatizados de cálculo dos valores devidos, com a geração de guias de pagamento diretamente pelos fiscos.

De acordo com a Receita, durante o encontro, o presidente do Sebrae mostrou a intenção de apoiar o processo, custeando soluções de tecnologia que promovam o acesso gratuito a emissores de NFe por parte das micro e pequenas empresas, bem como dos mecanismos de cálculo da substituição tributária, o que permitiria, aos Estados, gerar e oferecer diretamente aos contribuintes as respectivas guias de recolhimento.

O acesso gratuito à emissão de NFe e dos cálculos relativos à substituição tributária do ICMS estão previstos no artigo 26 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

MME quer fatiar proposta de novo código de mineração para aprovação

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que o governo pretende fatiar a proposta do novo marco regulatório do setor de mineração, para que o projeto finalmente avance no Congresso.

Há pelo menos três anos, o código está em discussão pelos parlamentares, sem avanço prático. Isso sem contar os cinco anos anteriores em que o governo ensaiou para enviar a proposta.

Segundo Coelho Filho, o objetivo é retirar da proposta os pontos de maior divergência e avançar naqueles em que haja mais consenso, como por exemplo, o aumento das alíquotas do royalty da mineração, a chamada Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (Cfem).

“Tem o código de mineração, e estamos querendo mexer nele. A ideia é conversar com quem está à frente do assunto na Câmara para criar alguns consensos e aprovar. Juntaram tudo em um único texto, por isso empacou”, comentou. “Ninguém é contra o aumento da alíquota da Cfem, por exemplo.”

Coelho Filho mencionou que a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), vinculada ao MME, tem hoje 376 áreas de mineração com pesquisas avançadas e potencial mineral. “Não faz sentido a CPRM estar com esses ativos”, disse.

Na terça-feira, 13, Coelho Filho anunciou a intenção de leiloar quatro áreas para mineração. Segundo ele, essa oferta deve ocorrer dentro do modelo atual, independentemente do novo marco regulatório. O ministro evitou se posicionar sobre a necessidade de se criar uma agência reguladora para o setor, um dos itens incluídos na proposta legal que tramita no Congresso.

Brasil fechou mais empresas do que abriu pela 1ª vez desde 2008

15/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Em 2014, o país fechou mais empresas do que abriu, o que aconteceu pela primeira vez desde 2008, quando o IBGE iniciou a série histórica do Cadastro Central de Empresas (Cempre). Essa é uma das principais constatações do estudo divulgado nesta quarta-feira (14) pelo instituto.

As informações são da Agência Brasil. Segundo o levantamento, em 2014 o país tinha, 4,6 milhões de empresas ativas, que ocupavam 41,8 milhões de pessoas. Desse total, 35,2 milhões (o equivalente a 84,2%) eram assalariadas e 6,6 milhões (15,8%) encontravam-se na condição de sócio ou proprietário.

Segundo o IBGE, apesar do número significativo de empresas existentes em 2014, a taxa de saída de empresas do mercado cresceu 6,1 pontos percentuais, passando de 14,6% para 20,7%, em relação a 2013.

Com isso, 944 mil empresas deixaram o mercado em relação a 2013, o maior número desde 2008. No período, o número de empresas que entraram totalizou apenas 726,3 mil.

Os dados indicam ainda que os salários e outras remunerações pagos pelas entidades empresariais totalizaram R\$ 939,8 bilhões, com um salário médio mensal de R\$ 2,03 mil, o equivalente a 2,8 salários mínimos mensais médios.

O levantamento do IBGE mostra que a idade média dessas empresas era de 10,6 anos. O estudo permite analisar as taxas de entrada, saída e sobrevivência das empresas, além da mobilidade e idade média de cada uma.

A partir dele é possível, por exemplo, avaliar as empresas de alto crescimento e seu impacto sobre variáveis econômicas, como o número de pessoal ocupado assalariado, dentre outras possibilidades.

O Cadastro Central de Empresas é atualizado anualmente pelo IBGE a partir de informações levantadas junto às empresas dos setores da indústria, construção, comércio e serviços a partir de registros do Sistema de Manutenção Cadastral (Simcad), do próprio Cempre, e também de dados administrativos do Ministério do Trabalho.

MOVIMENTO DE ENTRADA

A Demografia das Empresas 2014 indica que de um ano para outro a saída de empresas do mercado ocorreu em todas os segmentos, com destaque para o setor de outras atividades de serviços, que aumentou no período 10,5 pontos percentuais; seguido do de artes, cultura, esporte e recreação (8,7 pontos percentuais); construção (7,9 pontos percentuais); e informação e comunicação (6,8 pontos percentuais).

Os dados do Cadastro Central de Empresas chamam a atenção para o fato de que, em 2014, foi registrado o menor número de entradas de empresas no mercado desde 2008, com a taxa de novas empresas caindo de 18,3% em 2013 para 15,9%, em 2014.

Com isso, segundo o IBGE, 726,3 mil novas empresas entraram em atividade naquele ano, com a taxa de sobrevivência ficando em 84,1%, neste caso a maior taxa da série.

As informações indicam que 3,8 milhões de empresas sobreviveram às adversidades do mercado, volume inferior ao verificado em 2013. A exceção do setor de eletricidade e gás, todas as seções de atividades do mercado registraram queda nas taxas de entrada de empresas no mercado.

As maiores reduções foram verificadas nas seções Indústrias extrativas (-4,9 pontos percentuais); construção (-4 pontos percentuais); e artes, cultura, esporte e recreação; e água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (ambas com -3,5 pontos percentuais).

O comércio se destaca como o setor que concentra o maior número de empresas, sendo a atividade que apresentou tanto os maiores ganhos quanto as maiores perdas em pessoal ocupado assalariado, provenientes dos movimentos de entrada e saída de empresas em 2014.

Pelos números levantados pela pesquisa, em 2014 o comércio concentrava 44,9% do total de empresas existentes, o equivalente a 2 milhões de estabelecimentos, também se destacando em relação ao número absoluto de empresas que entraram no mercado (289,3 mil); que saíram (437,7 mil); e que sobreviveram (1,8 milhões), o equivalente a respectivamente 39,8%, 46,4% e 45,8% do total das empresas para cada movimento.

Os dados indicam que 39,6% das 694,5 mil empresas que nasceram em 2009 ainda estavam ativas no mercado em 2014 -ou seja, cinco anos após a sua criação, mais de 60% das empresas não sobreviveram.

No período 2010-2014, as seções de atividades que apresentaram as mais altas taxas de sobrevivência foram saúde humana e serviços sociais, com 55,3% do total; atividades imobiliárias (51,5%); e atividades profissionais, científicas e técnicas (47,3%).

Do total das 4,6 milhões de empresas ativas em 2014, 31,2 mil -o equivalente a 0,7%- eram de alto crescimento, pois apresentaram aumento médio do pessoal ocupado assalariado maior que 20% ao ano, por um período de três anos, tendo pelo menos 10 pessoas assalariadas no ano inicial de sua criação.

Em 2014, 488,8 mil empresas tinham 10 ou mais pessoas ocupadas, representando 6,4% do total.

Eles respondiam por 4,5 milhões do total do pessoal ocupado, o equivalente a 15,4% do total assalariado, sendo que as atividades administrativas e de serviços complementares representavam a maior proporção de assalariados em empresas de alto crescimento: 28,3%.

Materiais e equipamentos pressionam inflação da construção no IGP-10 de setembro

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Os preços dos materiais usados na construção civil aumentaram mais em setembro, dentro do Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10), divulgado na manhã desta quinta-feira, 15, pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-10) registrou alta de 0,34% no mês, após avanço de 0,23% em agosto. O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços acelerou o ritmo de aumento para 0,30%, após a elevação de 0,09% registrada no mês anterior. Já o índice que representa o custo da Mão de Obra subiu 0,38% este mês, após avanço de 0,35% em agosto.

Os itens que mais pressionaram o INCC-10 em setembro foram tubos e conexões de PVC (3,51%), ajudante especializado (0,36%), servente (0,53%), cimento Portland comum (1,56%) e pedreiro (0,44%).

Na direção oposta, os principais itens que contribuíram para evitar uma alta maior da inflação da construção foram aluguel de máquinas e equipamentos (-1,36%), condutores elétricos (-1,77%), projetos (-0,15%), madeira para telhados (-0,39%) e esquadrias de alumínio (-0,21%).

Preço médio de locação de imóveis cai 0,37% em agosto, aponta Fipezap

15/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O preço anunciado de locação dos imóveis residenciais teve queda nominal de 0,37% em agosto na comparação com julho, considerando a média de 11 cidades brasileiras. Com isso, o preço médio do metro quadrado de locação nas cidades pesquisadas chegou a R\$ 30,13, mesmo valor registrado nominalmente em abril de 2013.

Os dados fazem parte da pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos anúncios do site Zap Imóveis. No acumulado do ano, o recuo chegou a 2,80%. No acumulado dos últimos 12 meses, a baixa atingiu 4,90%.

No mês de agosto, oito regiões monitoradas mostraram quedas nominais no preço médio anunciado de locação. A região de Salvador apresentou o maior recuo (-1,34%), seguida por Distrito Federal (-1,24%). A cidade de São Paulo, maior mercado imobiliário do País, teve retração de 0,24%.

A pesquisa também mostrou que a relação entre os valores de locação e os valores dos imóveis – medida que representa a rentabilidade do ativo – ficou em 4,4% em agosto, patamar estável em relação ao mês anterior.

O preço de locação tem sido afetado ao longo do ano pela baixa liquidez e pelo excesso de oferta no mercado imobiliário.

Como muitos proprietários não conseguiram efetivar uma venda, decidiram direcionar o imóvel para locação, repassando custos como condomínio, IPTU e manutenção. Com o aumento na oferta de imóveis, os preços dos aluguéis vêm caindo.

IGP-10 sobe 0,36% em setembro com alta de matérias-primas no atacado

15/09/2016 – Fonte: R7

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) registrou alta de 0,36 por cento em setembro depois de ter caído 0,27 por cento em agosto devido à alta dos preços das matérias-primas brutas, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV), nesta quinta-feira.

A expectativa em pesquisa da Reuters era de alta de 0,40 por cento, segundo a mediana das projeções.

A FGV informou que o Índice de Preços ao Produtor Amplo-10 (IPA-10), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60 por cento do índice geral, subiu 0,39 por cento, contra queda de 0,57 por cento no mês anterior.

As matérias-primas brutas passaram a apresentar avanço de 1,65 por cento em setembro, depois de caírem 1,31 por cento no mês anterior.

Já os preços no varejo mostraram algum alívio em setembro, com o Índice de Preços ao Consumidor-10 (IPC-10), que responde por 30 por cento do índice geral, subindo 0,27 por cento, ante 0,38 por cento no mês anterior.

O Índice Nacional de Custo da Construção-10 (INCC-10) avançou 0,34 por cento, após subir 0,23 por cento em agosto.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Brasil está ficando para trás em padrões de capital para bancos, diz S&P

15/09/2016 – Fonte: R7

O Brasil está ficando atrás de outros países da América Latina em relação à qualidade dos padrões regulatórios de capital para bancos, disse nesta quarta-feira um executivo da agência de classificação de risco Standard & Poor's.

"O Brasil já não está mais na frente na região em termos de padrões de capital", disse à Reuters o diretor gerente de instituições financeiras da S&P para a América Latina, Santiago Carniado, às margens do 37o Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão.

De acordo com o executivo, países como México, Colômbia, Peru e Chile estão avançando mais rapidamente do que o Brasil em adotar exigências de capital com padrões de melhor qualidade.

"A qualidade do capital aqui é pior na comparação internacional", disse Carniado. "Hoje o México é o líder nesse quesito na região", disse.

Um dos principais aspectos avaliados pela S&P para ter essa conclusão é que o Brasil ainda admite que os bancos do país usem um volume muito alto de créditos tributários para compor o índice de capital.

"Aqui isso representa em média metade do capital dos bancos", afirmou o executivo. "Você não vê isso em nenhum lugar do mundo, a não ser na Itália."

A situação poderia se agravar, caso a economia brasileira não volte a crescer logo, dado que os reflexos desse cenário tenderiam a fazer os bancos acumularem mais e mais créditos tributários resultantes das crescentes perdas com calotes. Os prejuízos com inadimplência dão aos bancos créditos tributários que podem ser usados para compor o capital regulatório.

De acordo com Carniado, os bancos do país têm tido uma rentabilidade média sobre o patrimônio ao redor de 13 por cento, ante média histórica de 18 por cento, refletindo em parte justamente as provisões elevadas para perdas com inadimplência.

Para a S&P, a situação é especialmente delicada nos bancos controlados pelo governo, os que têm níveis de capital mais baixos e que detêm mais de metade do crédito no país.

"O sistema financeiro do setor público, tem alocação de capital menos eficiente, tem algo como 30 por cento do PIB do país. Isso equivale a todo o crédito do sistema como proporção do PIB no México", comparou.

PPI

Para Carniago, o anúncio feito na véspera pelo governo federal do Projeto Crescer, que prevê a concessão de projetos de infraestrutura à iniciativa privada, e 30 bilhões de reais do setor público, incluindo a compra de debêntures por BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, não deve ter grande impacto sobre os bancos.

"No passado recente, o BNDES chegou a receber 100 bilhões de reais de capital do governo num único ano", disse o executivo da S&P.

"E agora, comprando debêntures, a alocação do capital tende a ser mais eficiente e os bancos não terão esses papéis no balanço", concluiu.

Temer diz que não acabará com saque do FGTS em caso de demissão

15/09/2016 – Fonte: O Globo

BRASÍLIA - Em um vídeo de pouco mais de um minuto e meio em sua conta no Twitter, o presidente Michel Temer negou que acabará com a possibilidade de saque do FGTS a quem for demitido. Segundo ele, não há nenhuma ideia no governo de tomar a medida. O vídeo foi postado em razão dos 50 anos de criação do fundo.

"O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço está completando 50 anos e o FGTS tem trazido muitos recursos ao poder público e para garantir aqueles que perdem o emprego. De vez em quando se divulgou que quem tivesse perdido seu emprego por despedida injusta não poderia sacar os valores do FGTS. Não é verdade. Este é o primeiro esclarecimento que quero fazer, não há nenhum pensamento a respeito dessa matéria no governo", esclareceu Temer nos primeiros segundos do vídeo.

O presidente afirmou que o fundo continuará sendo utilizado pelo governo para habitação, saneamento e obras de infraestrutura urbana.

"Nesses 50 anos de existência, os valores que ingressaram por meio do FGTS foram utilíssimos para a ampliação de moradias no país. Serão aplicados mais de R\$ 218 bilhões em habitação, saneamento e infraestrutura urbana em mais de 4 mil municípios, o que significa que 73% dos municípios brasileiros já tiveram obras financiadas pelos recursos do FGTS. Daí porque venho a você fazer esse anúncio: vamos continuar a utilizar esses recursos para ampliar saneamento, moradia e ampliar outras atividades do poder público", garante o peemedebista.

Quando a rescisão deve ser paga?

Segundo o advogado Gilberto Bento Jr., sócio da Bento Jr. Advogados, quando o aviso prévio for indenizado, deve ser pago até dez dias após a dispensa. Quando o aviso prévio for trabalhado, a rescisão deve ser paga no 1º dia útil após a dispensa.

Empreiteiras querem que PPI garanta condições iguais às de estrangeiros

15/09/2016 – Fonte: Folha e S. Paulo

Associações de construtoras que incluem empresas de médio porte esperam que, se houver estrangeiras em certames de concessão do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), as condições de financiamento sejam iguais.

Uma das novidades da lei que instituiu o programa é a obrigatoriedade de divulgar os projetos em outros países.

"Vai haver entrada de estrangeiras, e é preciso que estejam sujeitas à legislação brasileira de fio a pavio. O financiamento não pode ser discriminatório", diz José Carlos Martins, da Cbic (câmara da construção).

A participação de empresas de fora é natural e só haverá problema se elas ocuparem um espaço excessivo, afirma: "Se uma chinesa tiver o equivalente ao que era da Odebrecht, não vai ser bom para ninguém".

As empreiteiras estrangeiras devem fazer consórcio com as nacionais em um primeiro momento, diz Carlos Eduardo Lima Jorge, diretor-executivo da Apeop (associação de obras públicas).

"Afirmo isso depois de ter conversado com empresários italianos e portugueses."

Infraestrutura foi um setor dominado por grandes empreiteiras com participação do BNDES, e isso dificultou a presença de empresas de outros países, diz Mauro Penteado, sócio do Machado Meyer.

"É provável que, nesse estágio, o governo esteja mais interessado em investidores institucionais que na atuação de construtoras estrangeiras", diz o advogado.

Volkswagen tenta combater hackers e investe em segurança de carro autônomo

15/09/2016 – Fonte: Folha e S. Paulo

A Volkswagen está formando uma empresa com o ex-chefe da agência de inteligência israelense Shin Bet, para desenvolver sistemas de segurança cibernética para carros conectados à internet e veículos autônomos, disseram os parceiros em um comunicado nesta quarta-feira (14).

A montadora alemã terá 40% da nova companhia, CyMotive Technologies, enquanto Yuval Diskin e dois ex-colegas que também tiveram altos cargos na Shin Bet terão 60%.

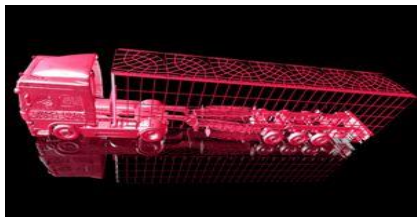
O comunicado não disse quanto a Volkswagen investirá no empreendimento, que tem um escritório nos subúrbios de Tel Aviv e abrirá outro em Wolfsburg, na Alemanha.

Aproveitando sua experiência em tecnologia, Israel surgiu como líder na corrida para manter os carros seguros e prevenir o terrível cenário de hackers comandando veículos.

"Para que possamos enfrentar os enormes desafios da próxima década, precisamos expandir nosso conhecimento sobre segurança cibernética", disse o chefe de desenvolvimento elétrico e eletrônico da Volkswagen, Volkmar Tanneberger.

Vendas de implementos rodoviários podem crescer 15% em 2017

15/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Os fabricantes de implementos rodoviários podem começar processo consistente de recuperação das vendas em 2017. A Anfir, associação que representa as empresas do setor, divulgou a expectativa de que os negócios cresçam até 15% no ano que vem. A projeção é baseada no panorama de avanço de 1,7% no PIB brasileiro no período anunciado pelo governo federal.

"O segmento produtor de implementos rodoviários é diretamente ligado às variações de atividade econômica. Uma retomada como essa trará resultados positivos para a indústria", aponta Alcides Braga, presidente da entidade, em comunicado.

O executivo avalia que a melhor expectativa para a economia, com aumento da confiança, pode estimular a compra de implementos rodoviários por frotistas que investiram em equipamentos em 2011, antes do Euro 5, e têm interesse em renovação agora. "Deverá ser um movimento gradual", estima Braga.

QUEDA CHEGA A 30,8% ATÉ AGOSTO

Se o aumento esperado para 2017 acontecer, ele vai compensar apenas parte das perdas do setor. Entre janeiro e agosto deste ano as vendas de implementos rodoviários encolheram importantes 30,5%, para 42,6 mil equipamentos.

O tombo foi puxado pela linha leve de produtos, de carrocerias sobre chassis, que teve 25,9 mil emplacamentos, com redução de 37,5% na comparação com igual intervalo do ano passado. A procura por implementos pesados encolheu 17,1%, para 16,6 mil unidades.

O dado positivo fica para as exportações, que evoluíram 24% e somaram 2,1 mil equipamentos. A Anfir aponta que o bom resultado é reflexo da estratégia de internacionalização da entidade em parceria com a Apex-Brasil, agência de promoção das exportações. A cooperação aumenta a presença das fabricantes brasileiras de implementos em eventos internacionais relacionados ao setor.

Volkswagen aposta em segurança cibernética

15/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A possibilidade de aumento da vulnerabilidade dos automóveis a ataques cibernéticos levou a Volkswagen e três especialistas israelenses a criar em conjunto a empresa de segurança Cymotive Technologies. A companhia irá desenvolver soluções para

proteger sistemas e informações em carros conectados, necessidade crescente da indústria automotiva.

A montadora recorda que os automóveis modernos permitem a utilização de vários recursos, mas esse aumento de interatividade e de interfaces traz também maior risco de invasão por hackers e possibilidade de acidentes. Diante disso, a iniciativa pretende impedir que criminosos comandem funcionalidades ou até mesmo assumam o controle de um carro à distância.

Durante a assinatura do acordo, o chefe de desenvolvimento de recursos elétricos e eletrônicos da VW, Volkmar Tanneberger, afirmou: "Os carros estão cada vez mais integrados à internet e por isso precisamos expandir nossos conhecimentos em segurança nesse campo para enfrentar os desafios da próxima década. A Cymotive Technologies é um investimento de longo prazo para tornar mais seguros os veículos e o ambiente à sua volta."

A nova companhia tem escritório em Tel Aviv e deve contar com estrutura na sede da Volkswagen na Alemanha, em Wolfsburg. Ao firmar parceria com empresas israelenses, a montadora ganha bons aliados para trabalhar em cibersegurança, já que o tema é uma das prioridades para as jovens e inovadoras empresas do país.

Não é só a Volkswagen que concentra esforços em melhorar a segurança digital de seus carros. Recentemente a FCA - Fiat Chrysler Automobiles - anunciou que pagaria recompensas a hackers capazes de detectar falhas e fragilidade nos sistemas de seus carros. A medida foi inspirada na Tesla, fabricante de veículos elétricos que usa a mesma política.

MAN entrega 31 caminhões Worker ao Panamá

15/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A MAN Latin America entregou 31 caminhões VW Worker 17.250 Euro 3 ao Panamá. Os modelos para coleta de lixo foram todos equipados com transmissão automática. Este é o maior lote vendido pela MAN L.A. àquele país.

Os caminhões foram enviados prontos ao Panamá. Receberam caixa compactadora Usimeca, ar-condicionado e escapamento vertical, itens que em regra acompanham os veículos Volkswagen Compactor.

Os caminhões venceram uma licitação e serão operados pela empresa pública AA (Autoridad de Aseo). "O desenvolvimento técnico é impressionante e o apoio com o treinamento também foi fundamental", afirma Rafael Aleman, diretor executivo do Grupo Tiesa, responsável pela negociação no país.

Luciano Cafure, gerente executivo de operações de exportação da MAN Latin America, comemora a negociação: "O Panamá é bastante promissor, tendo demonstrado notável crescimento na América Central."

Gerdau aposta em alta tecnologia para driblar crise

15/09/2016 – Fonte: Inda



Enquanto a indústria brasileira do aço vive a pior crise da sua história, a Gerdau traça estratégias para driblar o cenário. Uma delas é o investimento em alta tecnologia, cujas novas e modernas máquinas somaram um aporte de R\$ 4,5 bilhões investidos pela empresa na Usina Ouro Branco, a maior usina do grupo no mundo.

Os equipamentos, lançados oficialmente ontem, dão mais qualidade e agilidade ao produto final da empresa. Com o diferencial maquinário e enquanto a recessão não dá tregua, a Gerdau se volta para o mercado externo.

O projeto da empresa para dar mais qualidade ao aço produzido começou em 2010. Desde outubro de 2013, está em operação o laminador de bobinas a quente, que produz aço resistente para mercados da construção civil, máquinas agrícolas e rodoviárias.

O equipamento tem capacidade de produção de 800 mil toneladas por ano, e já opera com carga máxima. Há dois meses, a empresa pôs em operação o novo laminador de Chapa Grossa, no qual foram investidos R\$ 2,4 bilhões.

Trata-se de um equipamento de última geração no mundo, sendo usado apenas em países europeus e asiáticos, e, até o fim do ano deve produzir 100 mil toneladas de chapas grossas.

Os dois laminários ocupam um galpão de 1,3 mil metros quadrados dentro da Usina Ouro Branco. O mercado que demanda essa produção é a construção civil, naval, rodoviário, eólica, entre outras, para quais são necessárias estruturas de alta resistência.

Porém, de acordo com o diretor-executivo industrial da Gerdau, Rodrigo Belloc Soares, a demanda por aço no mercado interno caiu cerca de 20% este ano se comparado a 2015.

De acordo com dados da empresa, as vendas da Gerdau no país neste primeiro semestre caíram 2%, chegando a 3 milhões de toneladas. A produção também registrou queda de 2%, na comparação com 2014 e 2015. Enquanto isso, atualmente, o que foi produzido pelo laminador de chapa grossa está em teste para Alemanha, Inglaterra, o Colômbia e Paraguai.

Segundo Soares, a exportação da empresa atualmente está em 50% da produção e, enquanto a economia brasileira não reacender, a aposta está no exterior. O projeto do governo Temer, lançado na terça-feira, para concessão ou vendas de 25 projetos de infraestrutura, é visto como motivador pela Gerdau, uma vez que pode aquecer obras em ferrovias, portos, rodovias, entre outros. "A proposta é muito boa e pode trazer reflexos positivos para nós".

DIGITAL Além dos equipamentos em última geração, a Gerdau investiu R\$ 70 milhões na implantação de um Sistema de Monitoramento e Diagnóstico Online (SMDO), fruto de uma parceria com a G&E Digital. O projeto é o primeiro a ser implantado na

indústria do aço e permite que esse tipo de produção seja monitorado por meio digital e, com isso, as falhas são detectadas com agilidade.

O projeto prevê a implantação de sensores em mil equipamentos em 11 plantas no Brasil. No projeto-piloto, para qual foram investidos R\$ 3 milhões na Usina de Ouro Branco, rendeu em seis meses uma economia na manutenção dos equipamentos.

Além do sistema, a empresa também está investindo em tecnologia para agilizar o trabalho. Há o uso de softwares e drones.

Defasada e sem capital, cadeia de autopeças teme desmonte

15/09/2016 – Fonte: Inda

A indústria brasileira de autopeças está defasada. Ao menos essa é a impressão que montadoras e sistemistas vêm deixando cada vez mais clara. Segundo executivos, com as novas plataformas globais de produção, empresas que não investirem vão ficar para trás.

"A situação da nossa indústria é crítica. As empresas de autopeças estão fragilizadas e não têm capital para investir. Em breve vamos trazer uma nova plataforma de produção e só vai fornecer para nós quem estiver preparado", afirmou nesta terça-feira (13) o presidente da Volkswagen do Brasil, David Powels, em fórum do setor.

O diretor-presidente do Insper e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, foi ainda mais enfático sobre a situação da cadeia automotiva no País.

A uma plateia formada majoritariamente por executivos do setor, o economista disse que a crise atual é resultado de uma indústria altamente protegida que, em vez de estimular a competitividade, induziu ao consumo de peças de fornecedores locais para obtenção de subsídios.

"Regras de conteúdo local não funcionam. Ganho de competitividade vem de uma indústria eficiente", observou ele.

O presidente da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) na América Latina, Stefan Ketter, declarou que o problema é tão grave que falta matéria-prima na indústria local. "Hoje a cadeia de fornecedores está mais destruída do que nunca", avaliou.

As empresas nacionais de autopeças que fabricam componentes e insumos, correspondentes aos níveis 2 e 3 da cadeia, vêm sofrendo há um bom tempo. Quando a indústria automotiva deu seu maior salto, em meados de 2012, a falta de competitividade dos fornecedores já dava alguns sinais, ainda que em menor escala.

No entanto, com a deterioração da economia, valorização cambial e queda das vendas de veículos, fabricantes dos chamados tiers 2 e 3 se viram ainda mais imersos em uma crise sem precedentes.

"O diagnóstico da cadeia é muito claro: o problema é a falta de investimentos", destacou o presidente da sistemista Bosch, Besaliel Botelho.

Em diversas ocasiões, o executivo declarou que a defasagem da indústria de autopeças - em especial os tiers 2 e 3 - tem dificultado as entregas do grupo no País. "Temos tentado ajudar algumas empresas, mas está muito difícil", acrescentou.

No ar, pairam incertezas sobre o que vai acontecer com as fabricantes de autopeças que mais estão sofrendo com falta de capacidade para honrar seus compromissos.

Powels, da Volkswagen, assim como Ketter, da FCA, reforçam o argumento de que o governo precisa agir para auxiliar a cadeia.

"Este é o momento para discutirmos uma agenda de longo prazo. A indústria está sofrendo um desmonte", ressaltou Ketter.

Powels destaca que muitos fornecedores de autopeças são de pequeno porte, com problemas de produtividade e difícil acesso a crédito para investir. "Mas nós ainda precisamos dessas empresas. Temos que discutir com o governo medidas para tentar ajudar esses fabricantes", pontuou.

Inovar-Auto

O regime automotivo lançado em meados de 2012, intitulado de Inovar-Auto, previa benefícios para montadoras que produzissem localmente e atendessem a um conjunto de exigências. Uma das mais importantes é o índice mínimo de 60% de conteúdo local.

Um sistema de rastreabilidade até foi criado para fiscalizar a atividade, entretanto, executivos do setor reclamam do alto custo para manter esse mecanismo e alegam que nem todos atendem à legislação.

Já representantes de autopeças se queixam que o regime automotivo não favoreceu a cadeia local. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, admite que o Inovar-Auto pouco beneficiou os tiers 2 e 3.

"O programa que previa um adensamento da cadeia produtiva ainda não surtiu o efeito desejado. O segmento de autopeças segue muito fragilizado, vivendo talvez a pior crise da história".

Megale acrescentou que a Anfavea tem mantido diálogo com o segmento de autopeças, através do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipecas). "Estamos conversando para encontrar soluções que promovam o setor como um todo", comentou.

Conforme o presidente da Anfavea, a ideia é buscar linhas de financiamento para as empresas de autopeças, dentro do pacote que chamou de "manchas de liquidez". "Esta é apenas uma das ações para estimular a cadeia enquanto a retomada da economia não vem."

O dirigente salientou ainda outro ponto importante nessa conjuntura, que é a meta de expansão das exportações de veículos. Diante de um mercado doméstico deprimido, as montadoras estão voltando todos os olhos para o exterior.

No entanto, com o advento cada vez maior de plataformas globais de produção, as empresas terão que estar preparadas.

"A cadeia de autopeças tem que ser reforçada e capaz de produzir para o Brasil e o mundo", considerou Megale, também presente no fórum da revista Quatro Rodas.

O Inovar-Auto acaba ao final de 2017 e, até lá, o setor precisa buscar um diálogo com o governo para descobrir qual será a nova política para a indústria automotiva. No mercado, há diversas correntes sobre o assunto e uma delas prevê uma segunda fase do programa.

Já representantes dos importadores de veículos têm demonstrado que o novo governo estaria inclinado a acabar com a sobretaxa para importados. Segundo executivos que foram a Brasília, isso pode significar algum tipo de flexibilização da exigência de conteúdo local.

Em sua posse em abril deste ano, o presidente da Anfavea se mostrou cético sobre um avanço imediato do diálogo com o governo em relação a uma nova fase do Inovar-Auto. Na ocasião, Megale disse que tudo vai depender da velocidade de evolução da "agenda do governo".

Ketter, da FCA, evitou falar especificamente sobre exigência de conteúdo local. "As questões de eficiência energética e competitividade da indústria são as mais importantes para nós", ponderou o executivo.

Flavio Maluf indica possíveis caminhos da indústria automobilística

15/09/2016 – Fonte: Inda

É sabido que, com a crise, os mais diversos setores da economia são atingidos. No caso do setor da indústria, o reflexo se dá com a demissão de funcionários e a diminuição da produção. Nesta seara, tem-se que a produção de veículos caiu muito nos últimos meses - chegando a uma retração de 18,4% no acumulado do ano em comparação com 2015.

Flavio Maluf, empresário brasileiro, lembra que a indústria automobilística foi o centro dos anos de bonança vividos em nosso país. Através de incentivos financeiros tanto para as empresas quanto para os consumidores, este ramo teve produção e venda das maiores durante algum tempo. Porém, com a retração econômica foi das primeiras a sofrer o impacto.

O presidente da Anfavea - Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores -, Antonio Megale, opina no sentido de que agora, com a situação política do país definida, é hora de avançar para reconquistar os mercados perdidos.

Megale ainda pensa que o país deve melhorar sua questão de infraestrutura, para poder competir com mais igualdade com o mercado internacional.

Neste íterim, o empresário Flavio Maluf reforça que é necessário, então, que a indústria automobilística enfrente, por hora, essa deterioração estrutural e se foque em retomar a produtividade diminuída nestes últimos tempos.

A coisa já está melhorando: em agosto, houve aumento da demanda do mercado doméstico em 1,4% em relação a julho, tendo sido, também no mês de agosto, o maior número de vendas do ano (e só não foi maior por conta da cidade do Rio de Janeiro estar praticamente parada nas vendas por conta dos Jogos Olímpicos).

Flavio Maluf traz outro dado interessante emitido pelo executivo da Anfavea: as vendas para o exterior têm aumentado seu faturamento. Em agosto, o setor automobilístico faturou US\$ 923,8 milhões em vendas externas, o que corresponde a um aumento de 13,1% em relação ao mesmo mês de 2015. Sendo assim, há meios de as empresas seguirem sua produção, sem que afete de forma drástica seu quadro de funcionários.

Com relação aos empregados no setor, os números são consideráveis: um percentual de 6,2% menor, se compararmos os meses de agosto em 2016 e 2015. Porém, Flavio Maluf crê, da mesma forma que já dito por Megale, que com a definição política - que traz um pouco mais de certeza aos investidores - possam se traçar novos rumos, que levem à recuperação, mesmo que de forma lenta e gradual.

A grande questão a ser enfrentada, porém, é o mercado interno. Por mais que as vendas para o exterior tenham crescido - e isso, na verdade, tem direta relação com a queda no mercado brasileiro - a ainda fraca demanda em nosso mercado freia uma recuperação mais célere do setor.

Flavio Maluf ainda comenta que, da mesma forma que já foi referência na questão das vendas, a indústria automobilística tem tudo para, em alguns anos, voltar à produtividade e às vendas de antes. Ainda mais no Brasil, onde temos milhões de quilômetros de estradas e mais de duzentos milhões de potenciais consumidores.

Brasil deve recorrer à OMC contra tarifas dos EUA sobre importações de aço

15/09/2016 – Fonte: Inda

O Brasil deverá recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a decisão dos Estados Unidos de elevar taxas sobre importações de aço laminado do país sob acusação de concessão indevida de subsídios pelo governo brasileiro ao setor, afirmou à Reuters o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira.

"A minha disposição é que a gente vá à OMC", disse o ministro em entrevista à Reuters, explicando que pediu para a Câmara de Comércio Exterior (Camex) analisar com urgência o caso envolvendo laminados a frio em sua próxima reunião, ainda sem data marcada. "Eu acredito que (a Camex) vai aprovar. O que eles estão fazendo lá não é legal", acrescentou.

A Comissão de Comércio Internacional dos EUA (ITC, na sigla em inglês) já havia acatado recomendação do Departamento de Comércio norte-americano para aplicação de medida antidumping contra os laminados a frio do Brasil. O departamento decidiu a favor da imposição das tarifas em março deste ano.

Mas na avaliação dos EUA, o aço laminado a frio brasileiro também está sendo subsidiado por programas de promoção às exportações como o Reintegra, que ressarcie resídulos tributários na cadeia de produção aos exportadores.

O governo brasileiro defende a legitimidade dos programas e, por isso, buscará contestar os EUA nesse caso, evitando que outros países também trilhem o caminho dos norte-americanos, questionando inclusive outros produtos que foram beneficiados pelos programas.

O MDIC prevê a publicação dessa decisão final da ITC envolvendo as tarifas anti-subsídios até quarta-feira, e um prazo de até 8 dias para emissão da ordem de cobrança para os exportadores brasileiros de aço laminado a frio, cujas vendas para os EUA somaram 285 milhões de dólares no ano passado.

O produto, produzido por empresas como Usiminas, CSN e ArcelorMittal, é majoritariamente exportado para as indústrias automotiva e de eletrodomésticos.

As ações de siderúrgicas tinham forte queda nesta terça-feira, em meio a uma desvalorização generalizada do mercado acionário. Usiminas PNA tinha queda de 7 por cento e CSN recuava 7,2 por cento ante queda de 3,1 por cento do Ibovespa.

Para os laminados a frio, a ITC definiu tarifas contra subsídio de 11,31 por cento para a CSN e de 11,09 por cento para a Usiminas.

Na segunda-feira, a ITC também votou pela aplicação de taxas às exportações brasileiras de aço laminado a quente, que tem maior peso para a pauta comercial brasileira. No ano passado, os embarques do produto somaram 1 bilhão de dólares.

A ITC definiu tarifas contra subsídios sobre laminados a quente de 3,9 a 11,3 por cento contra a maior parte das siderúrgicas do Brasil e da Coreia do Sul. Em outra frente, também decidiu pela aplicação de tarifas antidumping, sendo que as mais altas, de 34,3 por cento, foram impostas contra a Usiminas.

Todas as outras siderúrgicas do Brasil terão pela frente tarifas antidumping de 33,1 por cento.

O ministério informou que também vai contestar na OMC a decisão da ITC sobre as taxas anti-subsídios sobre os laminados a quente.

RENOVAÇÃO DE FROTA

Durante a entrevista, o ministro do MDIC disse que o governo segue estudando um programa de renovação da frota automotiva que a princípio incluirá caminhões, veículos leves e motos com mais de 30 anos, mas ponderou que ainda não há uma formatação concluída e que os trabalhos podem demorar mais que o inicialmente previsto.

"Gostaria de concluir os estudos este ano, para apresentar este ano e quiçá já começar o programa ano que vem. Mas como o tempo está passando tão rápido, eu não sei se a gente vai conseguir", admitiu.

Questionado sobre o posicionamento do MDIC a respeito de eventual mudança no Reintegra para diminuir os impactos do programa para as contas públicas, Pereira disse ser a favor da manutenção das alíquotas já fixadas na legislação para garantir previsibilidade às empresas.

Atualmente em 0,1 por cento num esforço para elevar as receitas tributárias, a alíquota do Reintegra --que devolve parte da receita obtida com exportações de produtos industrializados para compensar impostos acumulados-- subirá para 2 por cento em 2017, para voltar a 3 por cento em 2018.

Vendas de fábrica de caminhões de Ponta Grossa crescem 70%

15/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A DAF Caminhões, que iniciou produção local há três anos em sua fábrica em Ponta Grossa, enfrenta a crise de maneira menos dramática do que seus concorrentes. Com participação ainda pequena de mercado, a empresa vem conseguindo elevar as vendas.

"Começamos pequenos e temos possibilidade de ir crescendo junto com a retomada do mercado, enquanto outras estão colapsando", diz Michael Kuester, presidente da DAF Brasil. Nos primeiros oito meses deste ano, na comparação com o mesmo período de 2015, as vendas da empresa cresceram quase 70%, de 258 unidades para 436.

A fábrica de Ponta Grossa tem capacidade anual para 10 mil caminhões, volume que a marca holandesa, subsidiária da americana Paccar, esperava atingir em 2018. Com a crise, as previsões foram prorrogadas para daqui três a cinco anos.

Kuester lembra que, em 2011, quando o grupo decidiu se instalar no país, o mercado brasileiro vendeu um recorde de 172 mil caminhões. Neste ano, as vendas devem somar cerca de 53 mil unidades. A capacidade produtiva conjunta das marcas é de 488 mil caminhões.

Com 250 funcionários que trabalham em um turno, a fábrica produz apenas quatro caminhões do segmento de pesados por dia dos modelos CF 85 e XF 105, que custam de R\$ 270 mil a R\$ 360 mil. Em 2017, lançará um fora de estrada e, na sequência, um semipesado.

Para crescer num mercado total que cai 30%, a DAF tem recorrido a estratégias que grandes marcas locais têm dificuldade em adotar. "Nós mesmos financiamos boa parte das vendas, com dinheiro da matriz, a juros de 12% ao ano", informa Kuester. Pelo Finame, hoje, o juro chega a 16%.

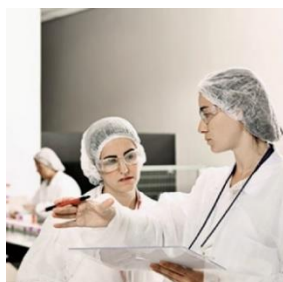
Além disso, como a marca ainda atua com volume pequeno, Kuester consegue manter um relacionamento próximo com os clientes. Em várias ocasiões, percorreu entre 500 km a 1,4 mil km de estradas para visitar compradores ou entregar pedidos.

"Também temos um grupo no WhatsApp em que trocamos informações, ouço reclamações e os clientes enviam vídeos dos veículos em operação", conta o executivo americano de 53 anos, que em 2011 veio para o Brasil para criar a rede de revendas do grupo e, há um ano e meio, assumiu a presidência. Ele está na companhia - a quarta maior em vendas globais do seu segmento -, há 27 anos.

No Brasil, a DAF investiu cerca de R\$ 1 bilhão com recursos próprios e terá 24 revendas até o fim do ano. É a única montadora de caminhões que iniciou produção de um grupo de sete fabricantes que anunciaram projetos nos últimos anos. A Foton Aumark abrirá sua unidade em Guaíba (RS) em 2017.

Custo e lucratividade da indústria melhoram após longo período, revela CNI

15/09/2016 – Fonte: DCI



O Indicador de Custos Industriais recuou 1,1% no segundo trimestre em relação aos três meses anteriores, informou nesta quarta-feira (14) a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"O resultado encerra uma sucessão de seis trimestres de alta dos custos da indústria", afirmou ao DCI a economista da entidade, Maria Carolina Marques. Houve também um avanço de 1,1% do preço doméstico dos manufaturados, o que gerou um ligeiro aumento da lucratividade às empresas.

"A indústria vinha sofrendo uma compressão das margens por muito tempo e só conseguiu repassar o aumento de custos aos preços no último trimestre", acrescentou. Ela lembra que o índice é resultado de uma média ponderada que, por natureza, considera indicadores nominais.

Câmbio

Um dos componentes que mais pesaram na queda do índice foi o custo com bens intermediários importados, que ficaram mais baratos com a valorização do real no segundo trimestre.

Por outro lado, Maria Carolina destaca que a desvalorização do dólar tira a competitividade do produto brasileiro na exportação.

O custo com capital de giro também recuou no período, diante da estabilidade da taxa básica de juros (Selic) por um intervalo prolongado.

Apenas um dos componentes teve alta significativa no período, o índice de custo com pessoal, que avançou 2,5%.